

Dossiê Retrato Oficial: Rafael Pagatini

DOCUMENTOS

1. Retrato Oficial: manipulação e materialidade da imagem fotográfica

(Rafael Pagatini. Revista Farol, 2(18), 73–80)

2. Ação civil pública por danos a memória nacional, a honra e a dignidade de grupos sociais e ao patrimônio, movida pelo Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná, Centro Acadêmico Hugo Simas e Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba. 21 de agosto de 2017.

INDICAÇÃO DE LIVROS

Arte de Guerrilha. Vanguarda e Conceitualismo no Brasil

(Artur Freitas. EDUSP, 2013)

Catástrofe e representação - com ficção inédita de Bernardo Carvalho e Modesto Carone

(Arthur Nestrovski e Márcio Seligmann-Silva (org.). Editora Escuta, 2000)

Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988

(Pedro Henrique Pedreira Campos. Eduff, 2014)

Estratégias da arte em uma era de catástrofes

(Maria Angélica Melendi. Cobogó, 2018)

Forças Armadas e política no Brasil

(José Murilo de Carvalho. Todavia, 2019)

Os cartazes desta história: Memória gráfica da resistência à Ditadura Militar e da redemocratização (1964 - 1985)

(Vladimir Sacchetta (org.). Escrituras, 2012)

Os militares na política - as mudanças de padrões na vida brasileira

(Alfred Stepan. Artenova S.A., 1975)

Retrato Calado

(Luiz Roberto Salinas Fortes. Editora Unesp, 2018)

VÍDEO

Fala de Marilena Chaui durante lançamento do livro “Retrato Calado”, realizado no dia 29 de agosto de 2021 no Teatro da Universidade de São Paulo (São Paulo - SP):

[Parte 1](#) | [Parte 2](#) | [Parte 3](#)

WEBSITES

[Governo do Brasil, Planalto: Galeria dos Presidentes](#)

[Site Rafael Pagatini](#)

Este documento foi feito em ocasião da exposição
Ocupações Memorial: Rafael Pagatini, realizada
no Memorial da Resistência de São Paulo | Maio 2021

RETRATO OFICIAL: MANIPULAÇÃO E MATERIALIDADE DA IMAGEM FOTOGRÁFICA

TÍTULO EM ESPANHOL

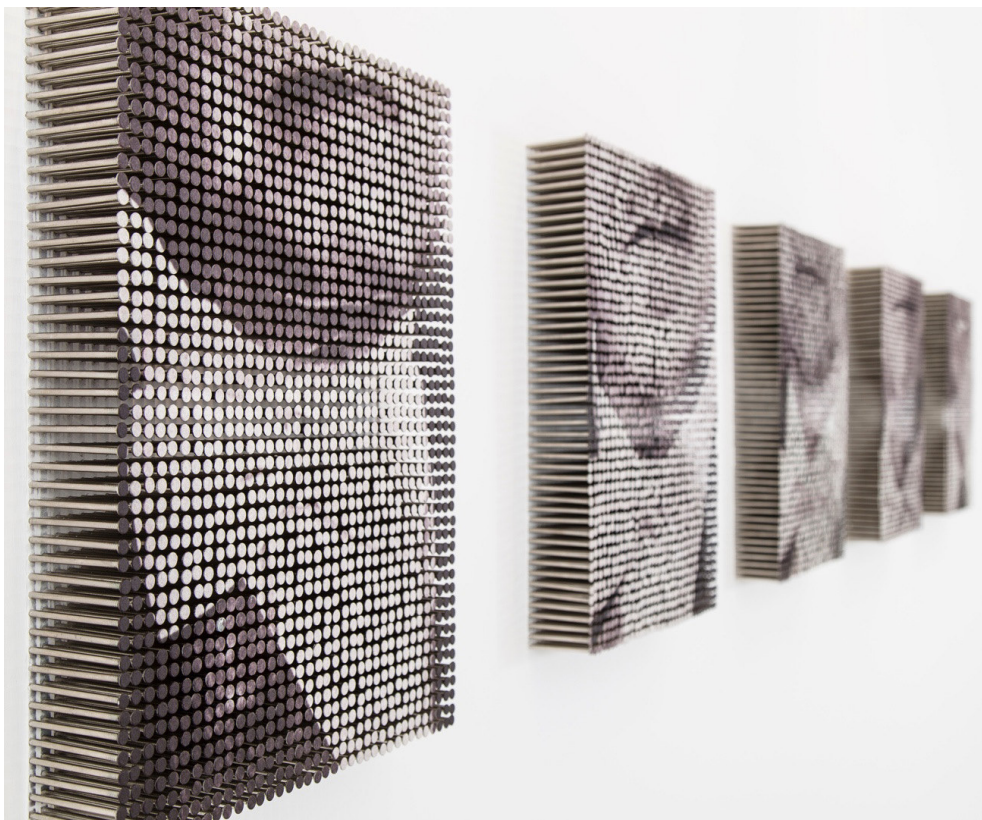
Rafael Pagatini
DAV-UFES

Resumo: O presente artigo discute o processo de criação da produção artística Retrato Oficial. O trabalho apresenta o detalhe das bocas dos presidentes militares (1964-1985) impressas sobre pregos de aço cravados na parede do espaço expositivo. O artigo analisa o uso da imagem oficial do governo militar como matéria para a criação artística. Investiga os retratos dos presidentes brasileiros para identificar a constituição do pensamento em torno da imagem, a fim de promover a desconstrução da ideia de oficialidade das fotografias dos chefes de estado no período. Dessa forma, busca refletir sobre os usos da imagem para a reconstrução de narrativas históricas e os conflitos existentes no processo de representação.

Palavras-chave: Retrato oficial, governo militar, desconstrução, oficialidade, narrativas, representação .

Resumen: El presente artículo discute el proceso de creación de la producción artística Retrato Oficial. El trabajo presenta en detalle las bocas de los presidentes militares (1964-1985) impresas sobre clavos de acero clavados en la pared del espacio expositivo. El artículo analiza el uso de la imagen oficial del gobierno militar como materia para la creación artística. Investiga los retratos de los presidentes brasileños para identificar, a través de la iconografía, la constitución del pensamiento en torno a la imagen, a fin de promover la desconstrucción de la idea de oficialidad de las fotografías de los jefes de estado en el período. De esta manera, busca reflexionar sobre los usos de la imagen para la reconstrucción de narrativas históricas y los conflictos existentes en el proceso de representación .

Palavras-Clave Official portrait, military government, deconstruction, officialdom, narratives, representation.



A fotografia oficial de um chefe de estado é o resultado de construções de visibilidade, jogos de poder, manipulações, maquinações, intrigas e formas de se criar uma imagem, de se forjar a suposta legalidade de um governo, ou seja, apresenta a representação da ideologia do governo de exceção brasileiro (1964-1985). As ligações entre militares e civis ao longo do regime que governou o país por 21 anos se estabeleceram como uma aliança, a qual administrou e construiu as bases do Brasil contemporâneo. Dessa forma, a partir da problematização do tipo fotográfico presidencial no Brasil, o presente artigo propõe uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento da produção artística *Retrato Oficial*, a partir das escolhas realizadas ao longo do processo de criação. O artigo parte

do processo de análise das imagens e os procedimentos de apropriação, manipulação, impressão, bem como a instalação do trabalho no espaço expositivo para refletir sobre a relação entre memória e representação.

Retrato Oficial: a suposta oficialidade

O processo de pesquisa do trabalho *Retrato Oficial* partiu da análise sobre a construção de imagens, as formas pelas quais elas materializam discursos e relações sociais como elementos do próprio pensamento artístico. Para isso foram utilizadas para a investigação as fotografias oficiais do governo militar brasileiro (1964-1985). Dessa forma, a pesquisa se baseou na investigação iconográfica com o objetivo de indicar os ecos que essas imagens ainda repercu-

tem na atualidade. Nesse contexto, os retratos dos presidentes brasileiros são resultados de processos de construção ideológica, de formas de visibilidade que indicam um pensamento que se materializa e denota as relações de poder e conflitos dentro do estado brasileiro.

O desenvolvimento da imagem pública do chefe de estado ao longo do regime militar apresenta também o imaginário relacionado ao presidente. Ela oferece a visualidade fotográfica que contrasta com a tradição do retrato oficial, anteriormente utilizada pelos chefes de estado. Ao longo do período republicano, desde a República Velha até a atualidade, as fotografias presidenciais seguem uma lógica compositiva e temática do retrato que atravessa as décadas e que compõe um tipo fotográfico presidencial. O predomínio do masculino, a pose ereta, a face voltada para frente da objetiva ou ainda de três quartos indicam uma tipologia que permeou o imaginário de gerações de fotógrafos do governo. A partir da reflexão de Marion Gautreau¹ sobre o tipo fotográfico presidencial no México, podemos identificar duas tipologias fotográficas nos retratos dos presidentes brasileiros: o tipo fotográfico político, constante na imagem do homem civil usando terno e gravata ou roupa de gala; e o tipo fotográfico militar, no qual a farda é ostentada como emblema da ligação e reverência às forças armadas. Nos retratos da galeria de presidentes, no Palácio do Planalto, em Brasília, pode-se observar que todos que possuíam patentes militares e que assumiram o poder anteriormente a 64, vestiram a farda militar ao posarem para a fotografia oficial do governo. Como exemplo podemos indicar os retratos de Manoel Deodoro da Fonseca (1889-

1891), Floriano Vieira Peixoto (1891-1894), Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

Essas duas tipologias levam à contradição da representação dos generais brasileiros ao longo do regime, justamente pelo predomínio da presença do tipo fotográfico político de 1964 a 1985. Chama a atenção a ausência da farda, justamente no período comandado por militares: Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). Esse fato merece destaque, tendo em vista que o uniforme se estrutura como elemento importante dentro do imaginário militar, ele apresenta a união do coletivo e sua importância dentro do espírito da organização, da qual o então presidente fazia parte. Diferentemente de outros países latino-americanos, nos quais os militares apresentavam-se com a farda nas fotografias oficiais de seus governos, como por exemplo, Augusto Pinochet no Chile, no Brasil ela foi subtraída, como estratégia na tentativa de dar ares de legalidade ao governo de exceção.

Os mandatários do período de 1964-1979 vestiram ternos de gala em seus retratos, o que sugeria associação com a tradição do retrato, enquanto o último, Figueiredo, reintroduz o terno e gravata, o que contrasta com os demais e promove a criação de uma visualidade mais moderna relacionada ao imaginário presidencial. No entanto, a construção da imagem de Figueiredo representa a tentativa de criar o emblema de um governo de transição, de abertura política, o que é ressaltado pela ausência do óculos e o sorriso mais amplo e mais arrojado que os demais, como afirma o autor da fotografia, Roberto Stuckert: “Já era o momento de abertura do país para a democracia, mas os óculos eram pe-

¹ Marion Gautreau, “Militar o político: la imagen del presidente durante la Revolución”, disponível em <https://revistas.inah.gob.mx/index.php/historias/article/view/2251/2172>, acessado em 22/10/2017.

sados demais para passar isso para o público”².

A ausência da farda apresenta o pensamento autoritário e reacionário que floresceu e promoveu a tentativa de dar uma suposta oficialidade ao regime instaurado, após um golpe de estado que retirou do exercício do mandato o então presidente João Goulart em 1964. Essa constatação expõe a relação entre civis-militares na imagem do poder e fomenta o debate sobre a prática política do Brasil, principalmente tendo em vista o uso da força pela estrutura que gestou e estruturou o golpe militar, mas igualmente pelo corpo institucional tanto do congresso brasileiro, quanto do poder judiciário. Assim, podemos definir que essas fotografias apresentam os presidentes como uma força que promoveu um golpe não apenas militar, mas também institucional, que se aproxima da definição proposta por Heiji Tanaka³ ao abordar os acontecimentos de 1964 e a relação entre políticos e militares, do golpismo como prática política no Brasil. Essa prática teria se perpetuado através da articulação da elite brasileira com as forças armadas, fato que, nesse contexto, se expressa nos retratos dos militares posando com roupas de civis. Cabe destacar que essa aproximação incorporou, igualmente e de forma orgânica, grande parte do empresariado brasileiro que, juntamente com o capital internacional, se beneficiaram com as políticas econômicas implantadas pelos militares⁴. Capital privado que provinha principalmente da influência americana no Brasil, como fica evidente no apoio do governo americano.

2 Entrevista com o fotógrafo disponível em: <http://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2014/05/todos-os-retratos-da-presidencia.html>, acessado em 22/10/2017.

3 Heiji Tanaka, “De Vargas ao Militarismo: o golpismo como prática política”, *Akrópolis*, Revista de Ciências Humanas da Unipar, 2005, disponível em <http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/457>, acessado em 22/10/2017.

4 René Armand Dreifuss, 1964: *A conquista do Estado*, Petrópolis, Vozes, 1981, 899p.

Embora o contexto conservador tenha prevalecido, as imagens dos retratos ainda ecoam na atualidade, seja por um contexto político conservador que ascendeu ao poder, seja pelo desconhecimento da dimensão da participação civil no governo militar. Apenas em 2014 a Comissão Nacional da Verdade⁵ publicou um relatório ainda inconcluso no qual apresenta indicações das relações de empresários e políticos envolvidos com o governo de exceção, bem como crimes cometidos por eles. Assim nos parece uma possibilidade de reação o questionamento de organizações sociais que, tendo em vista da proximidade do debate e as possíveis consequências, em 2017, promoveram uma ação civil pública que pede a retirada dos retratos dos presidentes militares da galeria presidencial no Palácio do Planalto, por danos à memória nacional, à honra e à dignidade de grupos sociais e ao patrimônio brasileiro. A ação judicial⁶ solicita a retirada de todas as honrarias e a suspensão do processo de ascensão ao poder dos generais. Ela se baseia na sessão de 2013 do congresso brasileiro, que declarou nula a sessão de 1964 que afastou o então presidente João Goulart e deu início ao golpe militar. A ação civil pública demonstra mais do que apenas o interesse de um grupo em reescrever a história; ela nos indica que existe algo latente nessas imagens, as quais atravessam a história e nos mostram que a construção do pensamento relacionado às imagens à própria história do regime militar brasileiro ainda está em disputa. O passado é apresentado a partir da forma pela qual é observado pelo presente. Essa construção constante nos permite perceber a instabilidade da memória coletiva, principalmente quando ela envolve os espaços públicos construídos como espaços de rememoração.

5 Comissão Nacional da Verdade. <http://www.cnv.gov.br/>

6 Link da ação judicial: <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2017/08/ACP.pdf>, acessado em 22/10/2017.



A fotografia como reconstrução da história

As cinco fotografias apresentadas acima e registradas entre 1964-85 foram utilizadas como matéria para a construção do trabalho *Retrato Oficial* pelos conflitos latentes que manifestam e atualizam o debate sobre a violência no Brasil. Esse fato pode ser observado através da referência ao processo de vinculação da relação civil-militar ao semblante austero, no qual as bocas fechadas e semiabertas dos militares se associam à própria representação da condição histórica do período. Os relatos esparsos e o pouco debate manifestam o silêncio como característico do período militar e que reverbera na imagem das bocas. A autoridade da lei marcial silencia e persegue ideias e ideologias, leva à paranoia, à tortura, ao medo e à prisão. Nessa situação, o relato de José Roberto Salinas que descreve sessões de tortura no livro *Retrato Calado* oferece a imagem do retrato do regime na representação das bocas fechadas como elemento compositivo que ecoa nos retratos oficiais. Salinas narra o drama psicológico de ser torturado, a paranoia criada, a convivência com a injustiça e o silenciamento. Por meio de seu texto, o autor busca uma “anistia ampla, geral e irrestrita” que, no contexto brasileiro, promoveu o desconhecimento de parte da história e memória do período.

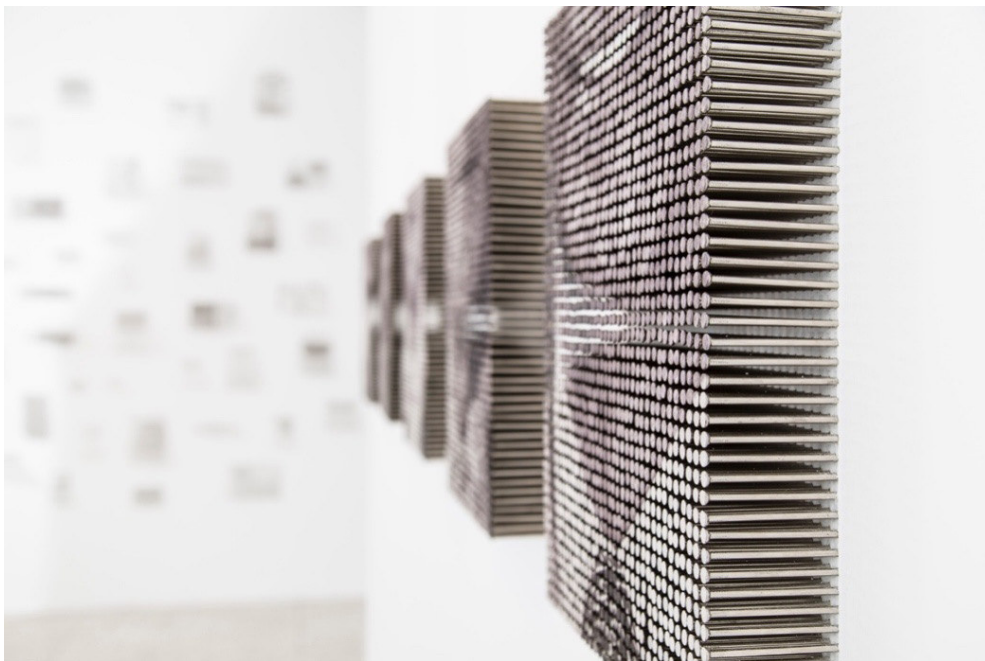
para dar a mim mesmo, conceder-me em benefício próprio, uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, já que ninguém me concede. Por que não? Quem impede? Uso deste espaço para não deixar que tudo se perca, se evapore. E continuo dizendo dessa forma canhestra e imprecisa, infiel e abstrata. O fato é que tudo mudou, que era o mundo antes, o meu, bem diferente. E tudo vai ficar por isso mesmo? Eles torturaram, mataram, destruíram, tripudiaram, achincalharam, humilharam e continuam aí, juízes finais, são eles que decidem o que é certo ou errado, o que é bom ou mau.⁷

A partir dos retratos foram selecionados detalhes das bocas com o objetivo de promover a representação do poder oficial desenvolvido pelo próprio estado. Desse modo, a pesquisa partiu da análise da imagem e suas possibilidades de manipulação. O silenciamento do retrato oficial e a perseguição de ideias e ideologias presentes no texto de Salinas apresentam a fala como instrumento de controle e nos mostram como os retratos oficiais dos militares carregam a visibilidade do poder, presente até a atualidade.

Neste contexto, a fotografia se constitui como possibilidade de problematizar a ideia de oficialidade das imagens. Ela se torna matéria para ser remodelada, reenquadrada, manipulada, com o objetivo de apresentar uma história latente no espírito de cada período histórico. Ademais, as

A única coisa que sou capaz de dizer no momento é que se as escrevo – as memórias – é

⁷ José Roberto Salinas, *Retrato Oficial*, São Paulo, Cosac Naify, 2012, 136p., p. 80.



bocas fechadas sugerem a violência institucional presente na constituição do estado militar “camuflado com a farda civil”.

A fotografia se coagula no metal para potencializar as características presentes na construção do pensamento em torno da imagem. Neste cenário, *Retrato Oficial* busca no gesto forte do prego forjado em aço entrando na parede do espaço expositivo a referência a violência através das mais de 9000 marteladas. O aço, como elemento que não contamina e não deixa contaminar, manifesta uma pureza e assepsia, ideais presentes no pensamento de modernização econômico brasileiro. É o aço das construções e edificações, o aço do minério de ferro e dos sonhos nacionalistas que povoaram o imaginário dos anos 70 e da euforia no Milagre Brasileiro. Dessa forma, os pregos aguçam a interação do espectador com a obra, ao constituírem a superfície irregular que recebe as imagens, ao mesmo tempo em que criam uma tridimensionalidade ao sair da parede e criar o volume. Vis-

tos de lado, mostram a sua força e conjunto.

Além disso, à medida que o público se posiciona em frente ao trabalho, a fotografia é ressaltada. As imagens são vistas frontalmente e quanto maior a distância, mais a referência fotográfica é salientada. Esse processo reforça a relação entre perda e permanência da referência da imagem fotográfica dos retratos oficiais dos presidentes militares. Quanto mais distantes do olhar do observador, melhor é a observação dos detalhes da boca e do colarinho. A aproximação do público com o trabalho realça as camadas de cores que flutuam entre o branco, o preto e o violeta. Dessa forma, a fotografia entra num processo de sublimação, passando do estado etéreo da imagem para a uma materialização no aço. Nesse processo de ressignificação da imagem fotográfica, remodelamos o tempo e o estendemos à infindáveis possibilidades de reconstrução do próprio instante de captura da imagem. É importante ressaltar ainda que não é apenas a imagem que se remodela, mas a

própria conjuntura política-história que é incorporada à fotografia. Esse lastro histórico ativa possibilidades de percepção sobre a fotografia e mecanismos críticos sobre a construção do retrato e da própria oficialidade. Desse modo, ocorre um processo de “instabilização” do suporte fotográfico no qual tudo se torna ruína, de forma que a autoridade reforçada pela materialidade também se torna fugaz, inconstante, mutável, possibilitando assim uma nova forma de olhar sobre a imagem e, consequentemente, sobre a história.

O processo de impressão das bocas gera um ruído que transforma a imagem em outra. Neste processo, a fotografia sobre os pregos se associa à constituição histórica da gravura como processo de reprodução de imagens. Como código numérico, a fotografia digitalizada se materializa através de impressão UV ao promover a impregnação da imagem na superfície do metal. A luz UV seca o pigmento em frações de segundo e faz a união entre a fugacidade do re-

trato em pó e os pregos. O ruído transforma a imagem, gera uma nova relação cromática e faz com que a transposição do fotográfico para um novo suporte potencialize a própria condição do retrato e seu aspecto fantasmático inerente à condição da fotografia como um vestígio do referente. Dessa forma, a transposição se associa à tradução, pela produção de uma nova imagem a partir daquela já existente, sendo que a perda de alguns elementos da referência original se associa à própria restrição técnica, no caso da impressora, com seus limites de cores e qualidades de impressão. O “original” não existe, mas sim uma nova forma de construção da própria imagem. O processo de digitalização dos retratos já aponta possíveis mudanças, pois a luz permeia todo o processo desde o instante em que o fotógrafo mede a luminosidade do ambiente, arranja a cena com as roupas, a faixa presidencial, o semblante dos generais e aperta o botão do disparador, até a impressão e secagem por meio da luz UV. Em *Retrato Ofi-*



cial, a luz que forma a fotografia se estrutura como a constituição da própria imagem; ela é o passado que se revela, reatualiza, reinscreve, e se materializa no olhar do observador quando esse percebe as nuances do trabalho ao se aproximar ou se distanciar da obra. Assim, a luz escreve a história justamente por se constituir como passado, memória de um instante de captação fotográfica que é reconfigurada e retrabalhada. Nesse contexto, a perda não é apenas do instante de captação⁸, mas um conjunto de perdas que passam, seja da própria consciência histórica, seja do vão entre os pregos, os quais fazem com que parte da imagem escoe e acentue a relação entre ausência e presença. Desse modo, o procedimento de perda envolve todo o trabalho, ao mesmo tempo em que promove a construção de outra imagem a partir de uma suposta oficialidade.

Em conclusão, cabe destacar que *Retrato Oficial* busca, através do estudo das imagens, refletir sobre a elaboração da representação do chefe de estado e sobre as questões que permeiam a construção do retrato. As imagens apropriadas revelam uma latência em sua percepção na atualidade, indicam assim conflitos existentes na constituição da narrativa histórica sobre o período militar e o quanto as discussões sobre o tema ainda reverberam na contemporaneidade. Assim, a fotografia do retrato presidencial ao ser utilizada como matéria para a construção de um trabalho de arte evoca discussões e debates que povoam o imaginário em torno da imagem. A arte, nesse contexto, possibilita a ressignificação da visualidade relacionada à construção imagética do governo de exceção, ao mesmo tempo em que atualiza o debate e apresenta como as narrativas sobre aconteci-

mentos marcantes da memória nacional ainda estão em disputa.

Rafael Pagatini

É mestre em Artes Visuais pela UFRGS e doutorando no PPGArtes, da Unicamp. É artista visual, pesquisador e professor do Departamento de Artes Visuais da Ufes. Trabalha principalmente com procedimentos associados a gravura, a fotografia e a instalação. Sua produção recente se caracteriza pela crítica da sociedade contemporânea, através da investigação das relações entre a arte, a memória e o política. Realizou exposições individuais e coletivas, tais como *Fissuras*, Paço das Artes, 2016; *Conversas com a Paisagem*, João Pessoa, PB, 2014; *Rumos Itaú Cultural*, 2013; *Em Suspensão*, Santander Cultural, 2012; Possui obras em coleções públicas e privadas. Recebeu o Prêmio Energi-sa Artes Visuais, Bolsa Estímulo a Produção em Artes Visuais, FUNARTE, Bolsa Iberê Camargo - Ateliê de gravura e V Prêmio Açorianos de Artes Plásticas.

8 François Soulages, *Estética da Fotografia, Perda e Permanência*, São Paulo, Senac, 2010, 384p.



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____ VARA DA JUSTIÇA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE
CURITIBA/PARANÁ.**

• **SINDICATO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS NO ESTADO DO PARANÁ (SindARQ-PR)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ nº 77.963.841/0001-29, sem fins lucrativos, com sede e foro na Rua Marechal Deodoro, nº 314, sala 705, Bairro, Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.010-010;

• **CENTRO ACADÊMICO HUGO SIMAS (C.A.H.S)**, associação responsável pela *representação dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná* (UFPR), pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ nº 77.794.097/0001-86, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 524, Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.010-130; e

• **SINDICATO DOS SERVIDORES MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA (SISMMAC)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ nº 81.130.494/0001-20, sem fins lucrativos, com sede e foro na Rua Nunes Machado, nº 1.577, Bairro Rebouças, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.220-070;

Vêm, por intermédio dos advogados subscritos, com endereço profissional situado na Av. Anita Garibaldi, 850, sala 211-C, Edifício Infinity Prime Office, Cabral, Curitiba/PR, CEP 80.540-180 (*endereço onde deverão ser encaminhadas todas as futuras intimações, sob pena de nulidade*), telefone (41) 99929-2852 e endereço eletrônico contato@AdvocaciaSocial.com, com fulcro no artigo 1º, III, IV, VII, VIII da Lei nº 7.347/85, artigos 19, 20 e 51 do Código de Processo Civil e nos documentos reunidos e sistematizados pela Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei 12.528/2011 (um documento com fé pública) propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

**POR DANOS A MEMÓRIA NACIONAL (INTERESSE DIFUSO),
A HONRA E A DIGNIDADE DE GRUPOS SOCIAIS E AO PATRIMÔNIO**

Em face da **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, representada pela Advocacia-Geral da União no Estado do Paraná, nos termos da Lei Complementar nº 73/1993, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.



SÍNTESE DA DEMANDA:

Ação Civil Pública proposta por conta da **afixação do retrato dos ditadores na galeria de Presidentes da República**. Esse ato provoca danos a memória nacional (interesse difuso), a honra e a dignidade de grupos sociais e ao patrimônio.

Com respaldo na Resolução do Congresso Nacional nº 04/2013, se almeja a aplicação dos efeitos da NULIDADE sob a linha sucessória presidencial, especificamente no período de 02 de abril de 1964 a 15 de março de 1985.

Se pontua na presente ação que a **ditadura militar não pode ser esquecida, mas o que importa é como ela é lembrada e o que poderemos apreender com esse período.**

SUMÁRIO:

Síntese da demanda

Sumário

Cronologia de alguns fatos relevantes para a demanda

(I) Legitimidade ativa

(II) Legitimidade passiva

(III) Competência do foro de domicílio dos autores

(IV) A galeria de Presidentes da República e a afixação dos retratos dos ditadores

(V) Cabimento da presente demanda: o dano ao patrimônio histórico, cultural e turístico; a honra e dignidade de grupos sociais e; ofensa a direito difuso

5.1. Por que a presença dos retratos dos ditadores danifica o patrimônio? (artigo 1º, iii e viii da lei 7.347/85)

5.2. Por que a presença dos retratos dos ditadores vai contra a honra e a dignidade de diversos grupos? (artigo 1º, vii da lei 7.347/85)

5.3. Por que a presença dos retratos dos ditadores fere interesses difusos de todos os brasileiros? (artigo 1º, iv da lei 7.347/85)

(VI) Fundamentação jurídica e histórica do pedido – a nulidade da destituição de João Goulart e a devolução de seu mandato

(VII) Os efeitos da nulidade sobre a linha sucessória presidencial – uma questão de justiça histórica

(VIII) Pedidos

Lista de anexos



CRONOLOGIA DE ALGUNS FATOS RELEVANTES PARA A DEMANDA

Para facilitar a visualização de fatos relevantes para a presente demanda se apresenta abaixo uma linha do tempo com alguns dos fatos (a imagem em um tamanho maior está disponível no anexo 08):





(I) LEGITIMIDADE ATIVA

Estabelece o artigo 5º da Lei 7.347/85 que poderá figurar como autor “a associação que, concomitantemente esteja **constituída há pelo menos 1 (um) ano** e inclua, entre suas finalidades institucionais, a **proteção ao patrimônio público e social**, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, **aos direitos de grupos raciais**, étnicos ou religiosos ou **ao patrimônio** artístico, estético, **histórico, turístico** e paisagístico”. A comprovação do pleno atendimento desses requisitos está consubstanciada nos documentos juntados¹, conforme se sistematiza na tabela abaixo:

SindARQ-PR	Data da constituição: 07/08/1975 (art. 47 do Estatuto).
	Finalidade institucional: art. 2º, alínea “p”.
C.A.H.S	Data da constituição: 11/08/1931 (art. 1º do Estatuto).
	Finalidade institucional: arts. 2º e 9º.
SISMMAC	Data da constituição: 06/03/1989 (data do registro público).
	Finalidade institucional: art. 4º.

Nesse ponto cabe ressaltar que os autores representam os arquitetos (devido ao dano ao patrimônio e a memória), os estudantes e professores (grupos sociais especialmente perseguidos durante o período militar e que tiveram sua honra e dignidade ofendidas)² e por conta disso **possuem pertinência temática** para defender interesses transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato (no caso, ligados pela perseguição durante a ditadura militar).

(II) LEGITIMIDADE PASSIVA

Nas ações civis públicas e ações coletivas qualquer pessoa física e/ou jurídica poderá figurar como réu. Esclarece o professor de processo civil da USP, o Dr. Rodolfo Camargo Mancuso que “é claro que essa responsabilidade objetiva **colocará no polo passivo da ação todos os que, por ação ou omissão, contribuíram para o evento danoso à sociedade**”³. Por esse motivo, **se incluiu inicialmente no polo passivo a UNIÃO**.

¹ Conforme documentos anexados de 02 a 07.

² Sobre a perseguição sofrida por professores e estudantes vide o texto do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (anexo 09), o relatório da Comissão da Verdade Estudantil elaborado pela União Nacional dos Estudantes (anexo 10) e o relatório da Comissão da Verdade do Estado do Paraná (anexo 11).

³ MANCUSO, Rodolfo Camargo. *Ação Civil Pública em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores (Lei 7.347/85 e legislação complementar)*. 6ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1999. p. 146.

(III) COMPETÊNCIA DO FORO DE DOMICÍLIO DOS AUTORES

Dispõe o artigo 2º da Lei 7.347/85 que a ação civil pública será proposta “no foro do local onde ocorrer o dano”. Nesse aspecto relevante destacar que a presente ação foi proposta especialmente por conta de danos a memória nacional (interesse difuso) e que provoca violações a honra e a dignidade de grupos sociais dispersos **em todo o país**.

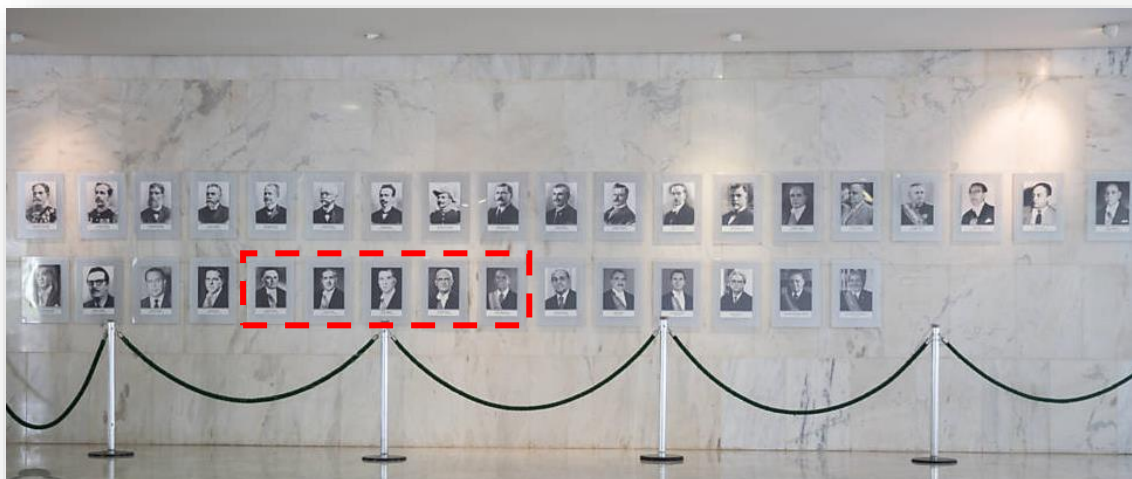
Ademais, oportuno destacar o contido no artigo 51, parágrafo único do Código de Processo Civil:

Art. 51. É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União.

Parágrafo único. Se a União for a demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.

(IV) A GALERIA DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA E A AFIXAÇÃO DOS RETRATOS DOS DITADORES

A **galeria de Presidentes da República**⁴, localizada no Palácio do Planalto, é organizada pela biblioteca da Presidência da República. A exposição **reúne os retratos oficiais de todos os ex-Presidentes** da República desde 1889. Atualmente figura da seguinte forma:



⁴ A galeria completa, com os dados atualizados, pode ser consultada no seguinte endereço: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/galeria-de-presidentes>>. Acesso em 23.07.2017.



Em destaque na imagem acima estão **os retratos afixados dos militares** que chefiaram (ilegitimamente) o Estado brasileiro de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1985.

A galeria de Presidentes representa um patrimônio público com valor cultural, histórico e turístico ímpar. Se trata de uma importante fonte de memória coletiva para a presente geração e para as futuras. É um símbolo nacional.

Na presente ação civil pública se pretende demonstrar que a presença dos retratos destacados distorce a história. Distorce a memória nacional. Nos faz crer que os militares ocuparam legitimamente o cargo de Presidente. Isso **gera uma distorção da memória nacional, ofende a dignidade de grupos que foram perseguidos durante a ditadura e, especialmente, representa uma cicatriz na história recente do país.** Os militares destacados anteriormente jamais poderiam ter assumido a cadeira de Presidente da República, pois essa nunca esteve vaga, conforme reconheceu o Congresso Nacional recentemente (sobre essa questão vide o tópico VI da presente petição).

No próximo tópico se busca detalhar a adequação da via eleita para o questionamento judicial da afixação dos retratos dos ditadores na galeria de Presidentes da República.

(V) CABIMENTO DA PRESENTE DEMANDA: O DANO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E TURÍSTICO; A HONRA E DIGNIDADE DE GRUPOS SOCIAIS E; A OFENSA A DIREITO DIFUSO

O cabimento da presente ação encontra respaldo na Lei da Ação Civil Pública, mais especificamente no seu artigo 1º, incisos III, IV, VII e VIII. Para melhor compreensão da adequação da via eleita se passará a expor:

*5.1. Por que a presença dos retratos dos ditadores **danifica o patrimônio**? (artigo 1º, III e VIII da Lei 7.347/85)*

*5.2. Por que a presença dos retratos dos ditadores vai **contra a honra e a dignidade de diversos grupos**? (artigo 1º, VII da Lei 7.347/85)*

*5.3. Por que a presença dos retratos dos ditadores **fere interesses difusos de todos os brasileiros**? (artigo 1º, IV da Lei 7.347/85)*



5.1. POR QUE A PRESENÇA DOS RETRATOS DOS DITADORES DANIFICA O PATRIMÔNIO? (ARTIGO 1º, III E VIII DA LEI 7.347/85)

Antes de caracterizar a noção de dano é preciso conceituar o que se entende por “patrimônio”.

Para além do preceito jurídico esculpido no Decreto Lei nº 25/1937, o artigo 216 da Constituição Federal ampliou a noção de proteção definindo **o patrimônio como sendo os bens materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade e a memória da sociedade brasileira, incluindo nessa noção as obras, objetos, documentos e os conjuntos urbanos de valor histórico**⁵. O artigo 23, também da Constituição, fixou a competência comum de todos os entes federados para **zelar pela guarda da Constituição, das instituições democráticas, conservar o patrimônio público, proteger os documentos, as obras, monumentos e outros bens de valor histórico e cultural**⁶.

Importantes historiadores, arquitetos e urbanistas aprofundam a conceituação relacionando a ideia de patrimônio com a noção de memória coletiva. Afirmam que mais que um processo biológico, desenvolvido no cérebro de cada indivíduo, **a memória é uma construção social**. Isso é, a memória é desenvolvida coletivamente também por meios imateriais (como os ditos populares que se perpetuam de geração em geração) e os bens materiais (como nas construções preservadas que simbolizam o passado de determinado povo – o Coliseu simbolizando uma fonte de memória coletiva para os italianos, por exemplo).

Nesse sentido arquitetônico o patrimônio material serviria de suporte para a caracterização e definição de uma sociedade. Sem a memória registrada nos bens materiais os indivíduos não seriam capazes de produzir presente ou futuro, já que **se precisa ter consciência sobre o passado para poder avançar no tempo como um organismo socialmente ativo**. Para tornar algo mais palpável: sem a preservação do Coliseu os italianos provavelmente teriam dificuldade de compreender a grandiosidade das disputas travadas durante o Império Romano. Isso

⁵ Excertos da Constituição Federal em seu artigo 216 *caput* e incisos IV e V.

⁶ Trechos da Constituição Federal em seu artigo 23 *caput* e incisos I e III.



dificultaria a noção da magnitude do que foi aquele período histórico e, possivelmente, dificultaria a compreensão das origens daquele povo. Prejudicaria sua autoimagem, a memória da nação italiana.

A memória de uma nação perpassa por um processo histórico. Uma disputa de versões e interpretações. A memória é uma evocação do passado. Uma capacidade humana de reter e guardar o tempo que passou, salvando-o da perda total⁷. Sobre essa noção destaca a professora titular da UFRGS, Dra. Sandra Pesavento, pós-doutora em História pela Universidade de Paris que:

*“[...] uma cidade **inventa seu passado**, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, **elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos**, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, **tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbs sonha a si mesma**”⁸*

Essa construção da memória coletiva (ou “invenção”, para usar a expressão cunhada pela professora Pesavento) **é materializada também pela construção e preservação de patrimônios materiais. Galerias, monumentos, praças, bustos etc. Todos esses bens culturais possuem uma representação simbólica sobre o passado da sociedade**, da cidade. A preservação desse tipo de patrimônio que conserva a memória coletiva é fundamental. Assevera a historiadora e advogada Cynthia Gindri Haigert que:

*“**Preservar algum tipo de patrimônio cultural é manter vivas as memórias, as histórias, as coisas que representam aspectos da identidade** de cidades, famílias, grupos étnicos etc. ‘Preservar é necessário para que tenhamos referências de quem somos,*

⁷ Cf CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço*. ArtCultura, vol. 4, nº 4. Uberlândia: 2002. p. 26.



como chegamos, onde estamos e o que podemos fazer com nossos potenciais”⁹.

A noção de preservação do patrimônio está relacionada com a noção de perpetuação de uma história coletiva. Entretanto, essa perpetuação não pode se dar de forma acrítica. De forma cega. Nesse sentido oportuno observar as palavras da professora Maria Cecília Londres Fonseca, consultora da UNESCO na elaboração da Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em 2002/03. Pontua a professora que:

“uma **política de preservação do patrimônio** abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. **É imprescindível** ir além e **questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade.**”¹⁰

Em síntese desse tópico: **é importante compreender a galeria de Presidentes como um instrumento de materialização histórico. Uma fonte de memória coletiva que será bebida por inúmeras gerações. Permitir que os retratos de ditadores figurem como se tivessem sido eleitos pelo povo contradiz com o ideário democrático e republicano. E justamente aí reside o dano ao patrimônio. O dano a história da nossa nação.**

A perpetuação dessa situação impedirá que as novas gerações conheçam a história tal como ocorreu. A consequência disso será uma visão míope da nossa história. Uma memória coletiva turva. No longo

⁹ HAIGERT, 2005 *apud in* TOLEDO, Grasiela Tebaldi. *A Pesquisa Arqueológica em Quaraí/RS: uma contribuição à identidade local*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFSM, Santa Maria, 2010. p. 24.

¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. p. 36.



prazo a cumplicidade com a perpetuação dessa situação poderá nos levar a cometer os mesmos erros. Não à toa que a Alemanha construiu inúmeros memoriais às vítimas do nazismo e retirou Hitler da linha de presidentes alemães, por exemplo. Devemos lembrar que cerca de 73,2% da população brasileira sequer era nascida na época da tomada do poder pelos militares¹¹. Justamente por isso importantíssimo reconhecer que os militares exerceram a chefia do Estado, mas não foram Presidentes. Como afirma o professor belga François Ost: o povo que não consegue julgar o seu passado, não o passou, não conseguiu virar a página da história e fundar e restaurar a democracia¹².

A ditadura militar não pode ser esquecida, mas o que importa é como ela é e será lembrada!

5.2. POR QUE A PRESENÇA DOS RETRATOS DOS DITADORES VAI CONTRA A HONRA E A DIGNIDADE DE DIVERSOS GRUPOS? (ARTIGO 1º, VII DA LEI 7.347/85)

Afixação de pequenos símbolos, como os retratos dos ditadores na galeria de Presidentes, pode parecer sem qualquer tipo de relevância. E bom, de fato, para boa parte da população brasileira a mudança poderia não representar uma alteração substancial no seu cotidiano. Entretanto, estamos tratando nesse tópico sobre a *honra* e a dignidade de diversos grupos. Esse primeiro, a honra, é um elemento essencialmente subjetivo. Está relacionado com um sentimento moral e ético. No final de contas, o que significa ter honra? Ser honrado ou desonrado? Se buscarmos uma definição no dicionário poderemos observar que honra assim se define:

1. Princípio moral e ético que norteia alguém a procurar merecer e manter a consideração dos demais na sociedade;

2. Consideração ou homenagem à virtude, às boas qualidades morais, artísticas, profissionais de uma pessoa;

¹¹ Informação obtida considerando o último senso divulgado pelo IBGE.

¹² *Passim* OST, François. *O tempo do direito*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1999.



3. *Consideração e homenagem prestada a uma pessoa;*
4. *Sentimento de glória e grandeza; esplendor.*
5. *Sentimento e atitude de consideração, deferência e prova de apreço.*
6. *Pureza sexual feminina; castidade, virgindade.*¹³

Se analisarmos a partir dessas definições de “honra” (como um sentimento de consideração, deferência, sentimento de glória) podemos afirmar que os ditadores desonraram inúmeros grupos. Estudantes, professores¹⁴, índios¹⁵, trabalhadores¹⁶, negros, militares contrários ao *status quo* da época¹⁷, políticos¹⁸, repórteres e até mesmo magistrados e advogados¹⁹ tiveram suas respectivas honras violadas durante a perseguição militar. Podemos afirmar isso não apenas em um tom retórico. Essa afirmação se funda nos diversos depoimentos tomados pela

¹³ Definição extraída do Michaelis dicionário. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=&t=&palavra=honra>>. Acesso em 20/08/2017.

¹⁴ Sobre a perseguição aos professores e estudantes vide o texto do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (anexo 09), o relatório da Comissão da Verdade Estudantil elaborado pela União Nacional dos Estudantes (anexo 10) e parte dos depoimentos colhidos pela comissão Nacional da Verdade disponível em <<https://www.youtube.com/playlist?list=PL9n0M0lxl2jdwyK4S-6KD5l6yG2lunySW>>. Acesso em 20/08/2017.

¹⁵ Sobre a perseguição aos povos indígenas vide o texto do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (anexo 12),

¹⁶ Sobre a perseguição aos trabalhadores urbanos e rurais vide os textos do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (anexos 13 e 14, respectivamente).

¹⁷ Sobre a perseguição aos militares vide o texto do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (anexo 15 e 16).

¹⁸ A perseguição aos grupos políticos ocorria entre os mais diferentes espectros ideológicos. Alguns dos casos emblemáticos estão presentes no capítulo 13 do relatório da Comissão Nacional da Verdade (anexo 16).

¹⁹ Sobre a perseguição aos magistrados, advogados e servidores do Judiciários importantes depoimentos foram tomados pela Comissão Nacional da Verdade. Em evento realizado na OAB/SP são relatados casos dos Ministros do Supremo Tribunal compulsoriamente aposentados e a dificuldade para se advogar naquele período. Disponível em <<https://www.youtube.com/playlist?list=PL9n0M0lxl2jcfTBfCQPwp2DM9P4jvPJWU>>. Acesso em 20/07/2017.



Comissão Nacional da Verdade. Foram inúmeras horas de oitivas, coletas de provas e diligências, milhares de páginas para se concluir (materialmente): “ocorreram graves violações”²⁰ e os ditadores também foram responsáveis por elas²¹.

Em um dos depoimentos uma das vítimas afirma algo como “um agressor pode não se lembrar do rosto de sua vítima, mas aquele que sofreu agressão jamais esquecerá os momentos que passou”. Em outros depoimentos foram relatados estupros e diversas violências sexuais ocorridas dentro de instalações militares²². Por certo os ditadores não participaram diretamente das sessões de violência (ao menos não se tem nada materialmente comprovado nesse sentido), mas isso não lhes retira o ônus do comando e da autorização das torturas ocorridas²³. Não lhes retira o símbolo que os ditadores representam para todos aqueles que foram perseguidos, mortos e torturados.

Nesse ponto **retomamos a primeira afirmação feita nesse tópico quando comentamos que a “afixação de pequenos símbolos, como os retratos dos ditadores na galeria de Presidentes, pode parecer sem qualquer tipo de relevância”.** Com respeito aqueles que pensam dessa forma, nos permitam discordar. Para melhor contrapor essa visão necessário novamente lembrarmos da Alemanha. Atualmente ostentar uma suástica é algo moralmente condenável pela sociedade alemã. Isso não impede que grupos neonazistas se organizem e disseminem suas ideias de ódio. Isso não impede que pessoas matem e morram por ideários pregados por Hitler. Quando se proíbem os símbolos não se detém o pensamento, mas se passa uma mensagem clara que não serão mais tolerados abusos, violências, torturas e perseguições a qualquer

²⁰ Sobre as conclusões da Comissão Nacional da Verdade vide o capítulo 18 do relatório final (anexo 17).

²¹ Sobre a autoria das graves violações aos direitos humanos vide o capítulo 16 do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (anexo 18).

²² Sobre os locais em que ocorrem as violações vide o capítulo 15 do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (anexo 19).

²³ Sobre a cadeia de comando utilizada durante a ditadura militar vide o documentário “Em Busca da Verdade”. A partir dos 15 minutos o narrador sintetiza algumas das conclusões apontadas pela Comissão Nacional da Verdade. Se afirma que os gabinetes dos ditadores tinham o comando e informações das torturas praticadas pelo DOI/CODI, pois esses se reportavam ao SNI (Serviço Nacional de Informações) – órgão vinculado ao gabinete presidencial. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=BUiFjNBP77Y>>. Acesso em 20/07/2017.



grupo. Ao se solicitar a retirada dos retratados dos ditadores da galeria de Presidentes está se solicitando que o Estado brasileiro afirme o mesmo que a Alemanha fez com Hitler. Ao se deferir o pedido estará se afirmando que: não serão toleradas novas violações, torturas ou desonras. Não será mais tolerada uma ditadura.

Como ensina a Filosofia: a história não deve ser mera *mnème* (um simples registro do passado), mas se deve buscar o *anamnèsis* (o passado analisado sob o viés crítico, selecionado, racionalmente construído e que fará diferença ao futuro).

5.3. POR QUE A PRESENÇA DOS RETRATOS DOS DITADORES FERE INTERESSES DIFUSOS DE TODOS OS BRASILEIROS? (ARTIGO 1º, IV DA LEI 7.347/85)

O **conceito de direitos coletivos** está delimitado no artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor que assim pontua:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

*I - interesses ou **direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;***

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Nesse sentido, podemos afirmar que a **memória nacional é um direito difuso**.



A **memória deve ser entendida como algo que transcende a esfera individual. É indivisível**, portanto. Segundo a teoria sócio-psíquica de George Mead a memória individual e a compreensão de si próprio perpassa por uma percepção do outro²⁴. **É algo coletivo e responsável por manter a coesão de um grupo social**. É fruto da relação humana, é coletiva. Além disso, a memória é seletiva. Na dinâmica social, parte da memória é esquecida e parte é lembrada. **A memória é escolha e identidade. É um processo de seleção, escolha e aprendizado**²⁵. **O descuido com a memória é um descuido com a própria identidade coletiva**, com o próprio entendimento que se faz de si próprio e que se faz da sociedade.

Quando selecionamos aquilo que queremos que permaneça na memória acabamos por escolher o tipo de sociedade e de pessoa que se quer ser. O amadurecimento da sociedade depende se sua autopercepção como detentora de direitos alcançados pelas lutas por reconhecimento²⁶ e pelo reconhecimento das violações ocorridas. A autopercepção envolve uma longa caminhada. Uma busca constante pelo direito a verdade e a preservação da memória. Nesse sentido, relevante destacar que foi no Judiciário que importantes passos foram dados, tanto no âmbito nacional e como internacional.

No **campo nacional** cumpre ressaltar dois relevantes casos. Um ocorrido em São Paulo e outro no Distrito Federal. O primeiro envolvia um pedido meramente declaratório de que o réu, no exercício do cargo de comandante do DOI/CODI de São Paulo, foi responsável por torturar os

²⁴ MEAD, George Herbert. *Mind, Self, and Society: from the standpoint of a social behaviorist*, Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.

²⁵ O professor da Universidade de Stanford, o historiador Hayden White, aprofunda essa crítica epistemológica a historiografia em sua obra "*Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX*" (traduzida no Brasil pelo professor Doutor José Laurênio de Melo, publicado pela Editora da Universidade de São Paulo em 1992). Nessa obra o historiador discorre sobre o caráter eminentemente seletivo da narrativa. Isso é, defende que a narrativa histórica ganha sentido e é constituída pelas escolhas do historiador e pelas utilizações de figuras retóricas (os "tropos literários") e não pela fidelidade do historiador aos fatos.

²⁶ O sociólogo e filósofo alemão Alex Honnet, professor da Universidade de Frankfurt, desenvolve essa ideia da construção da autopercepção da sociedade construída a partir das lutas por reconhecimento na obra "*Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*" (traduzida pelo professor Doutor Luiz Repa, publicado em 2003).



autores (pedido julgado procedente)²⁷. O segundo solicitava a localização, recolhimento e identificação dos corpos dos mortos na guerrilha do Araguaia²⁸. Na decisão desse caso a juíza foi enfática ao destacar a necessidade da preservação da memória coletiva (o mesmo que se busca na presente ação).

No **âmbito internacional** o repertório de contribuições é farto. Com vistas a estimular o direito à verdade e prevenir violações futuras a **Organização dos Estados Americanos (OEA) emitiu uma resolução** para os Estados membros para que a tomem medidas necessárias para promoção dos direitos humanos²⁹, em especial o Direito à Verdade. Isso compreende a criação e fortalecimento de instituições. Inclui também a justiça transicional, **que busca o fim da impunidade por meio de esclarecimentos e a publicização dos crimes cometidos contra a população civil e a responsabilização dos agentes públicos perpetradores.**

A **declaração judicial de culpa do agente possui extrema importância para as vítimas.** Em condições de igualdade de posições entre os interessados (vítimas e torturadores), o processo judicial representa um feixe de luz sob um nebuloso passado. Isso significa que a vítima terá a oportunidade (que lhe foi retirada) de se defender em iguais condições perante a lei e de ter respeitado o seu status de sujeito de direitos. Nas palavras de Flávia Puschel *"passa-se a contar a história das agressões sofridas não como um acaso, como um golpe do destino, como consequências de atos das próprias vítimas ou como decorrência de processos sociais supra-individuais, mas como atos de autoria do réu individualmente"*³⁰. Negligenciar esse direito a memória, negar a declaração pode acarretar condenações internacionais.

²⁷ Precedente na ação nº 583.00.2005.202853-5/SP (Familiares vs Carlos Alberto Brilhante Ustra), analisado na 23ª Vara Cível de São Paulo. Íntegra da decisão no anexo 20.

²⁸ Precedente na ação nº 82.00.24682-5 (numeração do CNJ 0000475-06.1982.4.01.3400), julgada pela 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília.

²⁹ Previsão expressa na resolução relativa ao Direito a Verdade proferida pela Assembleia Geral da OEA, registrada sob o nº 2509 (XXXIX-O/09) de 04/06/2009.

³⁰ Trecho retirado do artigo *"A função da responsabilidade civil: evidências a partir de um caso de impunidade"*, p. 10. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=385822e359afa26d>>. Acesso em 20/07/2017.



Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil no caso **Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Ao analisar a omissão do Estado brasileiro a Comissão admitiu o processamento do caso e **recomendou “a celebração de atos de importância simbólica”, que buscassem assegurar a não repetição das violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar e a busca do reconhecimento de responsabilidades dos agentes envolvidos**³¹.

Nesse sentido, importante apontar que no relatório final da **Comissão da Verdade Nacional** (um documento com fé pública), em seu capítulo 16³², **indicou como “autores de graves violações de direitos humanos”³³ os ditadores** que usurpam a função de Presidente da República (listados no item VII da petição).

A **Comissão recomendou em suas conclusões “apoiar medidas de políticas públicas destinadas a prevenir violações de direitos humanos e sua não repetição”³⁴** e foram mais incisivos ao recomendar:

“[em busca da] preservação da memória, a CNV propõe a **revogação de medidas que, durante o período da ditadura militar, objetivaram homenagear autores das graves violações de direitos humanos**. Entre outras, devem ser adotadas medidas visando:

(a) **cassar as honrarias** que tenham sido concedidas a agentes públicos ou particulares associados a esse quadro de graves violações, **como ocorreu com muitos dos agraciados com a MEDALHA DO PACIFICADOR**;

³¹ Recomendação extraída do parágrafo 274 e seguintes da decisão. Íntegra da sentença disponível em <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/atualizacao-internacional/sentencas-da-corte-interamericana/sentenca-araguaia-24.11.10-1>>. Acesso em 20/07/2017.

³² Disponível no anexo 18.

³³ Trecho extraído do parágrafo 16, do capítulo 16, do relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Disponível no anexo 18.

³⁴ Recomendação presente relatório final da Comissão Nacional da Verdade, capítulo 18, parágrafo 45, item “h”. Disponível no anexo 17.



(b) promover a alteração da denominação de logradouros, vias de transporte, edifícios e instituições públicas de qualquer natureza, sejam federais, estaduais ou municipais, que se refiram a agentes públicos ou particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com a prática de graves violações”³⁵

Por todo o relatado, **cumprе sintetizar: a memória é uma construção social e coletiva. Está em constante análise. Deve ser revisitada conforme novos elementos de análise são acrescentados. Manter o retrato de militares que foram autores de graves violações de direitos humanos** (segundo concluiu e indicou a Comissão Nacional da Verdade) **representa uma escolha de uma sociedade que não condiz com os nossos valores prestigiados na Constituição de 1988, não coaduna com as recomendações internacionais e, principalmente, não respeita o direito de todos (e de cada um dos) brasileiros que têm o direito à memória. Como ensina o professor francês Paul Ricoeur (filósofo que foi preso pelos nazistas) o processo judicial, ao visitar o passado, possui uma função, em si mesma, mais importante do que os efeitos da própria condenação**³⁶. O professor belga François Ost vai mais além ao comentar as sociedades que negam seu passado: “Sem memória, uma sociedade não se poderia atribuir uma identidade, nem ter pretensões a qualquer perenidade (...) ela se exporá ao risco de repetição compulsiva de seus dogmas e de seus fantasmas”³⁷.

Desse modo, se conclui esse tópico afirmando que **a presença dos retratos dos ditadores distorce a história, a memória nacional. Nos faz crer que militares ocuparam legitimamente o cargo de Presidente. Isso gera uma distorção da memória nacional. O que é incompatível com o Direito a Verdade e a Justiça de Transicional (asseguradas por instrumentos internacionais), pois prejudica a formação da memória e da identidade coletiva da sociedade.**

³⁵ Recomendação presente relatório final da Comissão Nacional da Verdade, capítulo 18, parágrafo 49. Disponível no anexo 17.

³⁶ RICOEUR, Paul. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Editora da UNICAMP: Campinas, 2007.

³⁷ OST, François. *O tempo do Direito*. Tradução do professor Élcio Fernandes; revisão técnica Carlos Aurélio Mota de Souza. EDUSC: Bauru, 2005. p. 42.



(VI) FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E HISTÓRICA DO PEDIDO – A NULIDADE DA DESTITUIÇÃO DE JOÃO GOULART E A DEVOUÇÃO DE SEU MANDATO

Em 1964 se iniciou o período em que predominantemente militares exerceram a chefia do Estado. Isso só foi possível devido a **vacância da Presidência da República, declarada pelo Congresso Nacional em 02 de abril de 1964** (trechos do Diário oficial³⁸ transcritos abaixo)³⁹. Uma vacância que respaldou juridicamente a abertura da linha sucessória e, conseqüente, forneceu o suporte jurídico para tentar legitimar os militares na chefia de Estado durante mais de 20 anos⁴⁰.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão,

Comunico ao Congresso Nacional que o Sr. João Goulart deixou, por força dos notórios acontecimentos de que a Nação é conhecedora, o Governo da República.

(Aplausos prolongados. Protestos. Tumulto).

Assim sendo declaro vaga a Presidência da República (Palmas prolongadas. Muito bem. Muito bem. Protestos) e, nos termos do art. 79, da Constituição Federal, investido no cargo o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ranieri Mazzilli (Palmas prolongadas. Muito bem. Muito bem. Protestos).

³⁸ Íntegra do Diário do Congresso Nacional da sessão de 02/04/1964 disponível no anexo 21.

³⁹ Embora não se tenha o registro em vídeo, um áudio com cerca de 12 minutos registra o momento exato em que o Presidente do Congresso, sob gritos e protestos, declara o cargo de Presidente da República vago. Anexo 22.

⁴⁰ Ao apurar os fatos a Comissão Nacional da Verdade indica essa sessão como um dos principais pilares do golpe de 1964. A afirmação está presente no capítulo 3, parágrafo 71 e seguintes do relatório final. Anexo 23.



A declaração de vacância foi motivo de ávidos debates⁴¹. Alguns parlamentares favoráveis e outros contrários:

que a Constituição declara que, no caso de vaga do Presidente ou do Vice-Presidente da República, deve assumir automaticamente o Presidente da Câmara de Deputados. .

Era evidente que havia a vaga. Não por morte, não por renúncia, mas por um estado de fato, que a ninguém era possível contestar — a fuga do Presidente da República do território nacional.

Portanto o ato do Presidente do Congresso foi perfeito politicamente, foi perfeito moralmente e foi perfeito juridicamente.

Declaração de parlamentar favorável a medida de afastar o Presidente da República.

ção uma fórmula jurídica. Não obstante, não posso aceitar, com minhas leves tintas de estudioso do Direito que, a pretexto de se corrigir uma ilegalidade, o Presidente do Congresso Nacional viesse declarar a vacância do cargo de Presidente, por ausência do titular, quando este ainda se encontrava em território nacional, ou sobrevoando no espaço aéreo nacional. O que o Senador Moura Andrade praticou, com a sua decisão, foi um golpe, uma revolução. Esta, a realidade. Não estou, aqui, para reprimir ou apoiar. Disse de início, que estou entre os vencidos, mas não entre os convencidos. Não aceito a ocorrência com fórmula jurídica. Apenas a entendo como precipitação do Sr. Presidente

Declaração de parlamentar contrário a medida de afastar o Presidente da República.

⁴¹ Publicação do Diário Oficial do Senado de 03/04/1964 que registra os ávidos debates dos Senadores durante a sessão de 02/04/1964. Anexo 24.



Em 2013 o Congresso Nacional declarou NULA a deliberação quanto a vacância⁴². Isso ocorreu após um amplo debate com a sociedade, se respaldou nas recomendações presentes no relatório final da Comissão da Verdade e nos exemplos internacionais⁴³.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2013-CN

Torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Declarar nula a declaração de vacância da Presidência da República exarada pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, na segunda sessão conjunta, da quinta legislatura do Congresso Nacional, realizada em 2 de abril de 1964.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Congresso Nacional, em 28 de novembro de 2013

O efeito da nulidade é que os atos perdem sua eficácia, com aplicação de efeitos ex tunc. Diferentemente da anulabilidade os atos não são convalidáveis⁴⁴. Em decorrência disso, o mandato de João Goulart foi restituído em 28 de novembro de 2013⁴⁵.

⁴² Íntegra do Diário Oficial de 28/11/2013 disponível no anexo 39.

⁴³ Exemplos internacionais mencionados no item V da presente petição.

⁴⁴ Em uma primeira análise poderia se imaginar que TODOS os atos praticados durante esse período perderiam sua eficácia. Entretanto, se ressalta que os militares exerceram o poder de fato, embora sua investidura estivesse viciada. Nesse sentido, a investidura dos militares é plenamente nula, mas seus atos podem ser analisados sob a luz da teoria do agente de fato.

⁴⁵ Conjunto de reportagens disponíveis nos anexos 25 e 26. Íntegra do vídeo da sessão de devolução do mandato de João Goulart disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Xd-fs34Kdwo>>. Acesso em 20/07/2017.

(VII) OS EFEITOS DA NULIDADE SOBRE A LINHA SUCESSÓRIA PRESIDENCIAL – UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA HISTÓRICA

A sustentação jurídica dos ditadores como Presidentes da República sempre se mostrou questionável. É certo que uma sequência de atos jurídicos foram praticados à revelia da Constituição de 1946 (vigente na época do golpe civil/militar de 1964). Dessa forma, não seria ousadia dizer que a sustentação dos ditadores como Presidentes se mostra tão sólida como um castelo de cartas.

O que se pretende demonstrar nesse tópico é **como os efeitos da nulidade declarada pelo Congresso repercutem sobre a linha sucessória presidencial**. Se busca analisar caso a caso. **Indicar os atos que perderam sua eficácia de 1964 até 1985**⁴⁶. Algo relevante para garantir a segurança jurídica ao especificar os instrumentos e atos que levaram os ditadores a Presidência e que perderam sua eficácia após a declaração do Congresso em 2013.

Nesse ponto importante ressaltar a linha do tempo fornecida no anexo 08 da petição:



⁴⁶ Vide a nota de rodapé 44.

PASCHOAL RANIERI MAZZILLI

O primeiro a assumir a cadeira de João Goulart foi Manzilli em **02 de abril de 1964** (data em que a cadeira de Presidente da República foi considerada vaga pelo Congresso). Manzilli ocupava o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados e, segundo a Constituição de 1946 (vigente na época):

*Artigo 79. **Substitui o Presidente**, em caso de impedimento, e **sucede-lhe**, no de vaga, o Vice-Presidente da República.*

*§ 1º: **Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República**, serão sucessivamente chamados ao **exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados**, O Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.*

§ 2º: Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida em lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores.

O ato que sustentava seu mandato como presidente (a declaração de vacância em 02 de abril de 1964) perdeu a eficácia com a decisão do Congresso Nacional em 2013.

Ao aplicar os efeitos da nulidade se observa que a posse de Manzilli não poderia ter ocorrido e deve ser revista.

MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO



O segundo a assumir a cadeira, em 15 de abril de 1964, foi o Marechal Castello Branco. O ato que fundamentou sua chegada a presidência foi uma **decisão do Congresso Nacional que o elegeu para exercer o restante do mandato de João Goulart** (transcrita abaixo). Entretanto, como se observou, isso não poderia ter ocorrido, pois João Goulart ainda deveria ser Presidente naquele período. Portanto, não poderia o Congresso convocar uma eleição indireta e muito menos ter empossado o Marechal Castello Branco.

O Marechal foi agraciado com a Medalha do Pacificador⁴⁷.

SESSÃO QUE CONVOCOU ELEIÇÕES INDIRETAS PARA “COMPLETAR O QUIQUÊNIO” INICIADO POR JOÃO GOULART (Diário do Oficial do Congresso de 11/04/1964 – ano XIX, nº 67)⁴⁸:

Eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Congresso Nacional, no exercício de minhas atribuições, baixo o presente edita: de convocação das duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se às 16 horas do dia 11 do mês em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, procederem, nos termos da Lei n.º 4.321, de 7 do corrente, e do art. 1.º, n.º V,

do Regimento Comum, à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República que deverão completar o quinquênio iniciado a 31 de janeiro de 1961, de acordo com o disposto no art. 79, § 2º da Constituição.

Brasília, 8 de abril de 1964. — AURO MOURA ANDRADE.

SESSÃO QUE DEU POSSE AO MARECHAL (Diário Oficial do Congresso de 15/04/1964 – ano XIX, nº 69)⁴⁹:

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA POSSE DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 41 n. III, da Constituição Federal e do art. 1º, n. III, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, solene, a realizar-se no dia 15 do mês em curso, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem o compromisso dos Excelentíssimos Senhores General de Exército Humberto de Alencar Castello Branco e Doutor José Maria Alkmim, respectivamente como Presidente e Vice-Presidente da República, eleitos para completarem o quinquênio a terminar a 31 de janeiro de 1966.

Senado Federal, 11 de abril de 1964.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

⁴⁷ Comprovante de que o Marechal recebeu a Medalha do Pacificador disponível no anexo 34.

⁴⁸ Íntegra do Diário Oficial disponível no anexo 27.

⁴⁹ Íntegra do Diário Oficial disponível no anexo 28.

MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA



O terceiro a assumir a Presidência irregularmente foi o Marechal Costa e Silva. Sua eleição se fundou, entre os outros dispositivos, no Ato Institucional promulgado por seu antecessor (Marechal Castello Branco), o qual não teria autoridade para fazê-lo. Afinal, esse era um instrumento estranho a Constituição da República e o Marechal não deveria ter a autoridade de Presidente da República. Em 3 de outubro de 1966, Costa e Silva foi indevidamente eleito pelo Congresso Nacional. Tomou posse em 15 de março de 1967.

O Marechal foi agraciado com a Medalha do Pacificador⁵⁰.

CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO INDIRETA DE 29/09/1966 (Diário Oficial do Congresso de 30/09/1966 – ano XXI, nº 139)⁵¹:

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 41, nº III da Constituição Federal (Lei da Constituição nº 9) e do art. 1º do Regimento Comum, convoca os membros do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 3 de outubro do ano em curso, às 16 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, procederem a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República para o período a iniciar-se em 15 de março de 1967, de acordo com o disposto no art. 9º do Ato Institucional nº 2 e no art. 5º do Ato Institucional nº 3.

Brasília, 26 de setembro de 1966. -- Auro Moura Andrade,

SESSÃO CONJUNTA

Em 30 de setembro de 1966, às 9 horas

SESSÃO QUE DEU POSSE AO MARECHAL (Diário Oficial do Congresso de 15/03/1967 – ano XXII, nº 20)⁵²:

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA

O Presidente do Senado Federal convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 15 do mês em curso, às 10h 45m, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem o compromisso dos Excelentíssimos Senhores Marechal Arthur da Costa e Silva e Doutor Pedro Aleixo, respectivamente como Presidente e Vice-Presidente da República, na forma do disposto na Constituição Federal (art. 141, número III e 83) e no Regimento Comum (arts. 1º, nº III, 13, 14 e 15).

Senado Federal, 6 de março de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

⁵⁰ Comprovante de que o Marechal recebeu a Medalha do Pacificador disponível no anexo 35.

⁵¹ Íntegra do Diário Oficial disponível no anexo 29.

⁵² Íntegra do Diário Oficial disponível no anexo 30.

JUNTA PROVISÓRIA

No período de 31/08/1969 a 30/10/1969 foi instituída uma JUNTA PROVISÓRIA onde chefiaram o Estado brasileiro o **General Aurélio de Lyra Tavares**, **Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald** e o **Marechal-do-ar Márcio de Souza e Mello**.

Embora constem seus respectivos registros na biblioteca da Presidência⁵³ os retratos deles não integram a galeria de Presidentes, por esse motivo não são objeto da presente ação.

Vale ainda destacar que a ausência desses militares na referida galeria deixa ainda mais clara a ilegalidade e arbitrariedade aqui expostas, pois fossem os chefes de Estado durante o regime militar verdadeiramente presidentes estes deveriam constar com seus retratos em exibição.



General Aurélio de
Lyra Tavares



Almirante Augusto Hamann
Rademaker Grünewald



Marechal-do-ar Márcio
de Souza e Mello

⁵³ Registro do General Aurélio de Lyra Tavares na biblioteca da Presidência disponível em

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/aureliol-tavares>>. Registro do Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald na biblioteca da Presidência disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/augusto-rademaker>>. Registro do Marechal-do-ar Márcio de Souza e Mello na biblioteca da Presidência disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/souza-mello>>. Todos com acesso em 23/07/2017.

GENERAL EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI



O quarto a assumir indevidamente a Presidência foi o General Médici. O fundamento para sua posse foi o ato complementar nº 73/1969 em que a junta provisória assim determinava:

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Artigo 1º. É convocado o Congresso Nacional para, nos termos do artigo 4º e seus parágrafos do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, **proceder**, no dia 25 do corrente mês, às 15,00 horas, à **eleição do Presidente e Vice-Presidente da República.**

Artigo 2º. A diplomação do Presidente e do Vice-Presidente da República, a serem eleitos na data a que se refere o artigo anterior, caberá à Mesa do Senado Federal.

Artigo 3º. Este Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Não tendo a junta militar legitimidade para convocar eleições para Presidente e Vice o ato de posse também deve perder eficácia.

O General foi agraciado com a Medalha do Pacificador⁵⁴.

SESSÃO QUE DEU POSSE AO GENERAL (Diário Oficial do Congresso de 29/10/1969 – ano XXIV, nº 4)⁵⁵:

O Presidente do Senado Federal convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, solene, a realizar-se no dia 30 do mês em curso, às 9 horas e 50 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem o compromisso dos Excelentíssimos Senhores General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici e Almirante-de-Esquadra Augusto Hamann Rademaker Grunewald, respectivamente, como Presidente e Vice-Presidente da República.

Brasília, 28 de outubro de 1969. — **Gilberto Marinho**, Presidente do Senado Federal.

⁵⁴ Comprovante de que o General recebeu a Medalha do Pacificador disponível no anexo 36.

⁵⁵ Íntegra do Diário Oficial disponível no anexo 31.

GENERAL ERNESTO GEISEL



O quinto militar a assumir indevidamente a Presidência foi o General Geisel. O fundamento para sua posse foram os artigos 76 e 77 da Constituição de 1967 (outorgada pelos militares).

Artigo 76. O Presidente será eleito pelo sufrágio de um Colégio Eleitoral, em sessão, pública e mediante votação nominal.

§ 1º. O Colégio Eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de Delegados indicados pelas Assembléias Legislativas dos Estados.

Em 1977, durante seu mandato o Congresso Nacional foi fechado por duas semanas. Posteriormente, foi reaberto com a presença de parlamentares indicados pelas Assembleias Legislativas (os chamados “parlamentares biônicos”).

SESSÃO QUE DEU POSSE AO GENERAL (Diário Oficial do Congresso de 16/03/1974 – ano XXIX, nº 10) ⁵⁶:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Participo aos presentes que, neste exato momento, Suas Excelências os Senhores Generais-de-Exército Ernesto Geisel, Presidente da República eleito, e Adalberto Pereira dos Santos, Vice-Presidente da República eleito, irão prestar o compromisso a que se refere o art. 76 da Constituição.

Suas Excelências prestam o seguinte compromisso constitucional:

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”.
(Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Nos termos da Constituição e em nome do Congresso Nacional, declaro empossados, para o quinquênio compreendido entre 15 de março de 1974 e 15 de março de 1979, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Ernesto Geisel, e Vice-Presidente da República, Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos. (Palmas prolongadas.)

⁵⁶ Íntegra do Diário Oficial disponível no anexo 32.

GENERAL JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

O último dos ditadores foi o General Figueiredo. Ele assumiu indevidamente o cargo de Presidente em 15/03/1979.

Foi eleito por um colégio eleitoral composto de parlamentares biônicos (indicados pela própria Ditadura), o que por si só já torna sua eleição questionável.

O General foi agraciado com a Medalha do Pacificador⁵⁷.

SESSÃO QUE DEU POSSE AO GENERAL (Diário Oficial do Congresso de 16/03/1979 – ano XXXIV, nº 10) ⁵⁸:

“Às dez horas do dia quinze de março do ano de mil novecentos e setenta e nove, perante o Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta de suas duas Casas, no Plenário da Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, constituída dos Srs. Senadores Luiz Viana, Presidente; Alexandre Costa, Primeiro-Secretário; Gabriel Hermes, Segundo-Secretário; Lourival Baptista, Terceiro-Secretário e Gastão Müller, Quarto-Secretário, compareceram os Srs. General-de-Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo e Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça e, nos termos do *caput* do artigo setenta e seis e parágrafo primeiro do artigo setenta e sete da Constituição Federal, foram solenemente empossados nos cargos, respectivamente, de Presidente e Vice-Presidente da República, para os quais foram eleitos, pelo Colégio Eleitoral, no dia quinze de outubro do ano anterior, de acordo com o disposto na Lei Complementar número quinze, de treze de agosto de mil novecentos e setenta e três, alterada pelo Decreto-lei número mil quinhentos e trinta e nove, de quatorze de abril de mil novecentos e setenta e sete, para o período compreendido entre quinze de março de mil novecentos e setenta e nove e igual data do ano de mil novecentos e oitenta e cinco. O primeiro proferiu, na forma do *caput* do artigo setenta e seis, *in fine*, da Constituição, o seguinte compromisso: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”; em seguida, o segundo, de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo setenta e sete da Constituição, prestou o mesmo compromisso. E, de conformidade com o artigo sessenta e cinco do Regimento Comum do Congresso Nacional, lavrou-se o presente termo, que é assinado pelos empossados e pelos membros da Mesa.”

⁵⁷ Comprovante de que o General recebeu a Medalha do Pacificador disponível no anexo 37.

⁵⁸ Íntegra do Diário Oficial disponível no anexo 33.



A **ordem jurídica foi restaurada** com o advento de uma nova Constituição. Em 1988 se iniciou uma nova ordem jurídica, sanando parte dos vícios e recepcionando determinados atos praticados por agentes de fato⁵⁹.

A redemocratização do país foi especialmente marcada com a saída dos militares do Poder e a posse de um presidente civil em 15 de março de 1985. Cumpre ressaltar que o Presidente Sarney governou sob a vigência da Constituição cidadã e, diferentemente dos demais listados, *não* foi apontado pela Comissão Nacional da Verdade como responsável por violações de direitos humanos. Por esses motivos não se inclui no presente pedido a retirada de seu retrato da galeria de Presidentes da República.

⁵⁹ Vide nota de rodapé 44.



(VIII) PEDIDOS

Ante ao relatado necessário se faz requerer e solicitar:

a) Para instrução da demanda, com fulcro no art. 8º da lei 7.347/85, buscando concretizar o sugerido pela Comissão Nacional da Verdade e o solicitado nos itens “e” e “f” dos pedidos, requer-se:

(a.1.) A **especificação de quais as honrarias e condecorações militares** (disciplinadas pelo Decreto nº 40.556/1956) foram concedidas a Paschoal Ranieri Mazzilli, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Marechal Arthur da Costa e Silva; General Emílio Garrastazu Médici, General Ernesto Geisel e do General João Baptista De Oliveira Figueiredo e;

(a.2.) A especificação de quais as **honrarias e condecorações civis** foram concedidas para os supracitados.

b) Requer-se, a **declaração reconhecendo os efeitos da nulidade da vacância do cargo de Presidente da República sobre a linha sucessória presidencial** (item VII da petição) **no período de 02 de abril de 1964 a 15 de março de 1985**, nos termos do artigo 19 e 20 do Código de Processo Civil;

c) Requer-se em observância aos efeitos da nulidade declarada na Resolução nº 04/2013 do Congresso Nacional, uma **obrigação de fazer para que a Presidência da República**, por intermédio da diretoria de acervo ou de quem se fizer responsável, **remova da galeria de Presidentes os retratos daqueles que não poderiam ter assumido a Presidência da República** (listados no item VII da petição). O que se ressalta não impede que seja criada uma galeria apartada para os militares que exerceram (mesmo que de modo indevido) o comando do país;

d) Alternativamente, caso o Douto Juízo denegue o pedido presente no item “c”, requer-se que TODA e qualquer referência aos militares supracitados seja utilizando os respectivos cargos militares (general, marechal etc) e não mais como “Presidente da República”;

e) Requer-se **a cassação da Medalha do Pacificador** (uma das mais altas honrarias concedidas pelo Comandante do Exército) concedida ao



Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Marechal Arthur da Costa e Silva; General Emílio Garrastazu Médici e ao General João Baptista De Oliveira Figueiredo, nos termos do artigo 10 da Portaria nº 724/2015 do Comandante do Exército⁶⁰;

f) Solicita-se ainda a **cassação das demais honrarias e condecorações militares e civis concedidas a** Paschoal Ranieri Mazzilli, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Marechal Arthur da Costa e Silva; General Emílio Garrastazu Médici, General Ernesto Geisel e do General João Baptista De Oliveira Figueiredo, conforme recomendado pela Comissão Nacional da Verdade;

g) A citação da ré para, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia, nos termos da Lei 7.347/85;

h) A citação do membro do Ministério Público Federal para que se manifeste sobre a presente ação;

i) A condenação da ré ao ônus da sucumbência, no percentual máximo, nos termos do Código de Processo Civil;

j) A produção de todas as provas admitidas em direito, em especial, as periciais, documentais e a testemunhal.

Atribui-se à causa o valor simbólico de R\$ 100.000 (cem mil reais) em decorrência da complexidade da matéria.

Termos em que pede e aguarda o deferimento.

Curitiba, 21 de agosto de 2017.

RAMON P. BENTIVENHA

OAB/DF 42.658 – OAB/PR 68.847

ANDERSON MARCOS DOS SANTOS

OAB/PR 83.689

HENRIQUE KRAMER DA CRUZ

OAB/PR 83.330

VITOR DE CARVALHO PAES LEME

OAB/PR 72.435

MAURÍCIO DE MOURA REZENDE

OAB/PR 82.470

⁶⁰ Íntegra da Portaria referente a Medalha do Pacificador disponível no anexo 38.



LISTA DE ANEXOS:

	DESCRIÇÃO
1	Petição Inicial
2	Procuração do SindARQ-PR
3	Estatuto Social do SindARQ-PR
4	Procuração do CAHS
5	Estatuto Social do CAHS
6	Procuração do SISMMAC
7	Estatuto Social do SISMMAC
8	Linha do tempo - cronologia desde o golpe civil/militar até o relatório final da Comissão Nacional da Verdade
9	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – parte que relata a perseguição a diversos grupos sociais, entre eles professores e estudantes
10	Relatório da Comissão da Verdade Estudantil, elaborado pela União Nacional dos Estudantes
11	Relatório final da Comissão Estadual da Verdade no Estado do Paraná
12	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – parte que relata a perseguição aos povos indígenas
13	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – parte que relata a perseguição aos trabalhadores
14	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – parte que relata a perseguição aos trabalhadores rurais
15	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – parte que relata a perseguição aos militares que se insurgiam ao <i>status quo</i>
16	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – parte que relata casos emblemáticos envolvendo militares, grupos políticos e atos contra a sociedade civil
17	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – conclusões e recomendações
18	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – parte que aponta os ditadores como autores de graves violações de Direitos Humanos
19	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – parte que indica os locais das violações e perseguição a diversos grupos sociais
20	Precedente da Justiça de São Paulo declarando a responsabilidade civil do chefe do DOI-CODI de SP, o Coronel Ustra – Ação nº 583.00.2005.202853-5/SP, analisada na 23ª Vara Cível de São Paulo
21	Diário Oficial do Congresso Nacional de 02.04.1964 - sessão que destituiu Joao Goulart e que em 2013 foi declarada nula



22	Áudio da sessão do Congresso Nacional de 02.04.1964 - declaração de vacância e deposição de João Goulart
23	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – capítulo que contextualiza fatos históricos sobre o golpe militar
24	Diário Oficial do Senado de 02.04.1964 - após a destituição de João Goulart, onde se observam ávidos debates
25	Reportagem do Valor Econômico: Diário Oficial traz anulação de ato que depôs Jango em 1964
26	Reportagem do G1: Congresso faz devolução simbólica do mandato de Joao Goulart
27	Diário do Congresso Nacional de 11.04.1964 - convocação de eleição indireta em que o Marechal Castello Branco foi eleito
28	Diário do Congresso Nacional de 15.04.1964 - posse do Marechal Castello Branco
29	Diário do Congresso Nacional de 30.09.1966 - convocação de eleição indireta em que o Marechal Costa e Silva foi eleito
30	Diário do Congresso Nacional de 15.03.1967 – posse ao Marechal Costa e Silva
31	Diário do Congresso Nacional de 29.10.1969 - posse do General Médici
32	Diário do Congresso Nacional de 16.03.1974 - posse do General Geisel
33	Diário do Congresso Nacional de 16.03.1979 - posse do General Figueiredo
34	Comprovante de que o Marechal Castello Branco recebeu a medalha do pacificador
35	Comprovante de que o Marechal Costa e Silva recebeu a medalha do pacificador
36	Comprovante de que o General Médici recebeu a medalha do pacificador
37	Comprovante de que o General Figueiredo recebeu a medalha do pacificador
38	Portaria nº 724/2015 do Comandante do Exército – Normatização quanto a Medalha do Pacificador
39	Diário Oficial com a Resolução nº 04.2013 do Congresso Nacional que declarou NULA a sessão de 02.04.1964